

ORIENTAR NAS SOCIEDADES LÍQUIDAS E DA INCERTEZA: UM DESAFIO PARA A INVESTIGAÇÃO E INTERVENÇÃO EM ORIENTAÇÃO VOCACIONAL

Carlos Gonçalves e Joaquim Luís Coimbra

Universidade de Porto

As grandes transformações verificadas no mundo do trabalho nas sociedades ocidentais globalizadas da contemporaneidade, resultantes de fenómenos complexos macrossociais, entre outros, o reconhecimento da escassez e da precaridade do trabalho, o desemprego estrutural - mesmo em profissões de qualificação superior - a competitividade agressiva entre as várias economias ditas emergentes, a flexibilização, a não correspondência entre formação e trabalho, a necessidade da opção por formações mais abrangentes, a tomada de consciência de que a incerteza é, provavelmente, a única certeza razoável quanto à evolução futura do mundo do trabalho... colocam novos desafios à investigação e à intervenção na área da formação e da orientação vocacional. Face a este cenário movediço e líquido desta cultura, urge repensar formas alternativas de compreensão da realidade histórico e social em que o sujeito psicológico se contextualiza e tenta viabilizar-se, encontrando o seu espaço de realização pessoal num mundo turbulento, inseguro e líquido. Este trabalho, assumindo uma postura investigativa, sustentada e crítica, pretende ser um contributo para a compreensão da realidade histórica e social complexa. Ou seja, partindo de um conjunto de analisadores conceptuais ou eixos heurísticos pretende apreender a complexa realidade atual, retirando algumas implicações para a intervenção no domínio da orientação vocacional.

Este trabalho visa apenas ser uma reflexão e partilha de preocupações e questionamentos, acerca dos cenários complexos do mundo do trabalho nas sociedades ocidentais da contemporaneidade e dos

supostos dispositivos prévios e imprescindíveis que deveriam estar disponíveis para viabilizarem a actividade central da vida das pessoas, instituições e comunidades, como a formação para o trabalho, a orientação vocacional e a aprendizagem ao longo da vida.

Começa-se por formular algumas questões iniciais, para ousar apresentar alguns contributos de resposta, ou produzir novas questões, ao longo desta partilha entre iguais. Será que a formação, que seria suposto preparar para um trabalho específico, garante a entrada nessa oportunidade? Haverá trabalho, direito ao trabalho, para todos aqueles que se prepararam para o mesmo? A assunção de uma responsabilidade social pelo direito ao trabalho não será uma miragem nas sociedades cada mais individualistas, competitivas, onde o cuidado pelo outro e o sentido de comunidade se vai esbatendo e desmoronando delegando para o sujeito individual toda a responsabilidade em nome do empreendedorismo, num processo de culpabilização da vítima? A formação ainda é garantia de um recurso efetivo para a entrada no mundo do trabalho? Que contributos poderão prestar os vários dispositivos e instituições de formação, como as escolas profissionais, cursos de formação profissional, universidades e institutos politécnicos para a inclusão das atuais e futuras gerações de formandos no mundo do trabalho? Que concetualizações e práticas serão mais adequadas para a orientação profissional nas sociedades líquidas, onde não existem ancoragens sólidas e a incerteza é a única realidade? Que futuro para os nossos jovens cada vez mais qualificados? Reduz-se à procura de novos mercados de trabalho, emigração para os países ditos emergentes, numa lógica de exploração, para garantirem uma sobrevivência sem dignidade? Parece que nunca foi tão atual a afirmação da Anne Arendt (2001) “Não há trabalho nas sociedades do trabalho”, quando se referi às sociedades europeias.

1. As sociedades líquidas da incerteza

As sociedades produtoras do século passado da ética do trabalho, que ainda garantiam trabalho para todos, mito do pleno emprego, –forma de dignificação ou sobrevivência do ser humano–, entraram definitivamente em colapso, dando lugar às sociedades consumidoras, à estética do consumo, em que os projectos de vida se constroem em torno das opções de consumo e não de trabalho. Nestas sociedades, nem há trabalho para todos nem o estado social, –em rutura económica e crescente endividamento– poderá manter os níveis de consumo dos cidadãos sem trabalho, remetendo-os para novas formas de exclusão e pobreza (Bauman, 2005).

As grandes transformações verificadas no mundo do trabalho nas sociedades ocidentais do trabalho, resultantes de fenómenos complexos e macrossociais, produzidos intencionalmente pelos grandes grupos económicos que instalaram as grandes empresas e indústrias de produção para novos contextos geográficos –designados pelas economias emergentes- à custa da exploração contextos de mão de obra barata, terciarizando a economia dos países ocidentais gerando situações sociais dramáticas. Enumeram-se, entre outras, as seguintes: o desemprego estrutural, a constatação da escassez e da precaridade do emprego mesmo em profissões de qualificação superior, a flexibilização, a não correspondência entre formação e trabalho, a necessidade de maior importância à preparação para o desempenho de outros papéis sociais (familiares, cívicos, lazer/ócio, de consumidor...), que não apenas o de profissional e o de trabalhador e, especialmente, a tomada de consciência de que a incerteza é, provavelmente, a única certeza razoável quanto à evolução futura do mundo do trabalho.

Face a este cenário, torna-se ainda mais premente e adequado repensar-se modelos alternativos e mais complexos de compreensão da realidade da orientação ao longo da vida, de questionar a formação a

investir na atual situação do mundo do trabalho, em que o sujeito psicossocial – cidadão comum - tente viabilizar-se, encontrando o seu espaço de realização pessoal neste mundo turbulento, inseguro e líquido (Gonçalves, 2008).

2. Que conceptualizações para compreender este mundo líquido?

Face a este novo cenário da contemporaneidade, urge uma leitura complexa e integradora das realidades sociais e humanas. Por isso, uma postura polarizada e antagónica da realidade não parece ser a mais adequada, distanciada e séria, porque a realidade social e humana não é tão objectiva para a captarmos com instrumentos conceptuais racionalistas precisos, nem tão subjectivista que nos impeça de a captarmos nas suas regularidades e singularidades. Por isso, não se pretende, neste ensaio reflexivo, entrar nas polémicas discussões epistemológicas, pouco clarificadoras, de “capelas” teóricas, cuja oposição/polarização alguns gostam de denominar de racionalidades modernas e pós-modernas. Uma postura investigativa implica assumir uma leitura integradora da complexa e turbulenta realidade psicossocial, identificando e assumindo os contributos positivos dos vários contributos teóricos, mas sendo suficientemente crítico para se demarcar das suas fragilidades conceptuais e metodológicas, certos de que as múltiplas visões não se diferenciam por critérios de verdade ou de validade intrínseca, mas apenas podem ser encaradas como instrumentos que poderão contribuir modestamente para a compreensão da realidade histórica e social complexa. Ou seja, constituírem-se como analisadores epistemológicos que permitam aproximações de compreensão do mundo com critérios de viabilidade e funcionalidade. É esta viabilidade e funcionalidade, proporcionada por alguns instrumentos teóricos, como grelhas de leitura do mundo em mudança, com implicações óbvias nos sistemas pessoais e sociais, que permite considerar que determinadas visões conceptuais e metodológicas poderão ser mais úteis do que outras para compreender um determinado problema em análise (Gonçalves, 2008).

O reconhecimento da ineficácia e colapso dos modelos clássicos de conceptualização e intervenção intra-individuais, intrapsíquicos da teoria traço-fator pelo recurso à psicometria, para resolver os problemas da construção de projetos escolares e profissionais, criando a ilusão positivista de naturalizar, reificar e essencializar da realidade psicológica paradoxalmente subjetivante, foi uma mais-valia para a Psicologia Vocacional, apresentando como contraponto uma compreensão histórica e social do sujeito do século XXI, a partir de esquemas epistemológicos do macrossistema societal; isto é, compreender o sujeito psicológico na forma como se constrói, a partir das suas vivências contextualizadas num mundo complexo, incerto, líquido e globalizado.

Estes instrumentos teóricos de análise permitem múltiplas possibilidades de conceptualização do sujeito ser histórico e social em construção/reconstrução, para além da tendência histórica de naturalizar e reificar o sujeito psicológico através das abordagens intrapessoais, fazendo-nos perceber que é na circunscrição de uma rede complexa de inter-relações nos vários contextos de vida e nos macrossistemas sociais, que se proporcionam as condições favoráveis ao desenvolvimento do potencial de que todos os seres humanos são portadores, estando intimamente inter-dependentes, não só dos recursos pessoais, mas da qualidade psicossocial dos contextos. Ou seja, cada sujeito vai-se auto-organizando nas várias dimensões da sua existência, ao longo do seu desenvolvimento, como o resultado das relações significativas que foi estabelecendo com o mundo que o rodeia, nomeadamente com a família, a escola, as redes sociais naturais ou as mediadas pelas novas tecnologias e pelo contexto social e global de que participa. É da qualidade destas relações e das oportunidades que os contextos “naturais” de vida lhe proporcionam ou lhe inviabilizam que dependerá a forma de cada sujeito se situar face aos desafios e constrangimentos do presente e do futuro. Não é indiferente e insignificante nascer num contexto familiar onde existe estabilidade emocional que

garante segurança/confiança ou provir de uma família desestruturada e disfuncional; não é irrelevante viver em ghettos de exclusão social, ou viver em zonas privilegiadas onde se pode aceder às oportunidades de maior viabilização do sucesso; não é neutro pertencer a uma família com um nível sócio cultural e económico médio alto ou baixo; não é equivalente viver no interior ou viver no litoral do nosso País, onde se registam assimetrias nas oportunidades de formação e acesso à cultura, entre outras (Gonçalves, 1997).

Face à polarização entre as abordagens clássicas da Psicologia, que circunscreviam o desenvolvimento do projecto humano ao domínio do intrapessoal, e ao reducionismo das perspectivas sociológicas que absolutizavam o peso dos constrangimentos das estruturas sociais (o extrapessoal) sobre o desenvolvimento humano — sendo este uma mera reprodução das mesmas (caindo num determinismo sociológico) —, as perspectivas sistémica, bioecológica, contextual, construtivista/construcionista articulam estes pontos de vista opostos e por vezes contraditórios e sempre conflituais pela criação de uma dimensão interpessoal que possibilita a relação do sujeito com o mundo onde interage: como a família, a escola, a comunidade de pertença, e as políticas sociais e económicas locais, nacionais, europeias e globais (Campos, 1992).

Recentemente, uma equipa de investigadores internacionais de renome, liderado por Marck Savickas e Jean Guichard, que se dedicam às questões relacionadas com o desenvolvimento vocacional, ousaram apresentar uma alternativa conceptual e metodológica da orientação vocacional para os novos desafios da contemporaneidade, designado por a perspetiva do “Life designing”. Desde a nossa modesta apreciação critica a esta proposta, parece-nos que os analisadores históricos e sociais subjacentes à proposta do grupo de trabalho Life Designing partem de uma concepção da mudança humana e de estratégias para a promoção do desenvolvimento vocacional, demasiado comprometida com uma leitura

centrada no sistema pessoal e no discurso dos construtores de opinião, como o discurso político dominante, ao sublinharem como analisadores estruturantes da contemporaneidade, a sociedade do conhecimento e da informação e da revolução tecnológica, não ousando questionar estas lógicas do poder que poderão hipotecar a construção de um sujeito autónomo, participante, responsável e empoderado, para lidar com os constrangimentos actuais produzidos pelos decisores dos grandes grupos económicos que constroem artificialmente o caos para acentuarem as diferenças entre grupos minoritários dos poderosos e a maioria dos desempoderados que tentam sobreviver no limiar da exclusão.

Neste contexto questionamo-nos sobre qual deveria ser o papel a assumir por parte da investigação e da universidade face às lógicas predominantes da produção a qualquer preço?

(a) Aceitarão acriticamente acomodar-se, -movidas por interesses economicistas na ilusão de captar financiamentos insignificantes para a investigação- a meras instituições de indústrias de programas contribuindo para proletarianização do Ser (sujeito psicológico) transformando-o em objeto de consumo, legitimando uma cultura desindividuoante, produtora de produtos tóxicos e descartáveis, subordinando-se aos desejos insaciáveis do hiper-consumo de uma ordem economicista e tecnicizante (Stiegler, 2004)?

(b) Legitimarão a sacralização e absolutização, como único método de produção científica, a “ferramentalização e tecnicização das práticas científicas”, através do controlo/censura da indústria das grandes editoras que definem os critérios da qualidade da produção científica, não priorizando o saber mas do poder das mesmas: indexação ISI, FI, apoiadas pelas organizações do poder: a APA, a FCT...

(c) Ou a Universidade terá ainda espaço para assumir a sua missão original: de ser ontologicamente a Universitas que promove como prioridade

o desejo da sabedoria, através do saber questionar e teorizar com sabedoria o incalculável, o simbólico; ou seja, os 3 transcendentais do ser ontológico: amor/bondade, o belo e a verdade?

Neste sentido, propomo-nos analisar sumariamente, assumindo uma leitura crítica, global e macrossocial, alguns dos múltiplos desafios com que se confronta a investigação e a intervenção psicológica, especificamente na área da orientação vocacional, e arriscar apresentar ensaios de respostas aos problemas atuais que permitam ainda viabilizar a construção de projectos de vida pessoais e vocacionais. Enunciam-se sumariamente os eixos heurísticos e estruturantes que vêm norteando as práticas de investigação da equipa do Centro de Desenvolvimento Vocacional e Aprendizagem ao Longo da Vida da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto e que, desde o nosso ponto de vista, poderão constituir-se em contributos de configuração das sociedades da contemporaneidade (Coimbra & Menezes, 2009).

3. Proposta de alguns analisadores da realidade atual

(a) A individualização como forma hegemónica de socialização:

A passagem das sociedades medievais coletivistas com um forte sentido de comunidade pela dominância de determinadas cosmovisões teocêntricas, alicerçadas na aliança entre o poder temporal e espiritual, levou, com o emergir da modernidade, nomeadamente com o iluminismo, a uma rutura progressiva com a mundividência judaico-cristã, pela afirmação de uma crescente individualização (Bauman, 2001). O que se conquistou em termos de individualidade foi-se, progressivamente, perdendo no sentido de pertença e de corresponsabilização do cuidado pelos outros e de comunidade. Este individualismo acentuou-se ainda mais com a queda das grandes narrativas colectivas, quer religiosas quer políticas como, o questionamento da tradição judaico cristã dominante e queda da utopia dos socialismos colectivistas, como forma de resolução das diferenças e da justa distribuição dos bens da terra (Gonçalves & Coimbra, 2000).

Os novos neo-liberalismo capitalistas dos grandes grupos económicos que foram emergindo nos finais dos anos 90, acentuando-se neste sec XXI, após o colapso da sociedade da ilusão do pleno emprego, a sociedade produtora -em que a ética do trabalho se impunha como forma de ascensão social, mobilidade e integração social- dá lugar à estética da sociedade do hiperconsumo (Baumann, 2005). Esta sociedade de consumidores incentiva os indivíduos ao consumo, seduzindo-os com novos e atractivos produtos, potenciada pelo “todo-poderoso” aparelho de manipulação do desejo humano que a publicidade e o marketing corporizam, contribuindo para a perda de sentido da experiência humana e do existir com os outros (Stiegler, 2004). Esta individualização hegemónica das sociedades contemporâneas, desligados uns dos outros, inviabiliza a construção de narrativas com significado estruturante.

Os subprodutos que emergem do novo capitalismo das economias neoliberais têm dificuldades em oferecer uma narrativa coerente de vida pessoal/social e de garantir uma sólida linha de rumo, porque os acontecimentos sucedem-se num ritmo acelerado sem proporcionar momentos para a integração dos mesmos e poder emergir uma história com significados. Salman Rushdie (1991) afirma que o self actual é “um edifício fragmentado, ambíguo e inseguro construído a partir de retalhos, dogmas, injúrias infantis, artigos sensacionalistas de opinião, comentários casuais, pequenas vitórias, gente que odiamos e amamos” (p. 12). Para o autor, a narrativa pessoal e social constrói-se a partir de uma fragmentação acumulada de experiências efémeras feitas de sucessivos agoras e de recomeços contínuos. Na perspectiva de Antony Giddens (1997), “O self nas sociedades contemporâneas é débil, quebradiço, fracturado, fragmentado... tal como o mundo social se torna disperso, também o self deixa efectivamente de existir com um sentido de coerência; o sujeito singular é um sujeito descentrado que encontra a sua identidade nos fragmentos da linguagem e dos discursos” (p. 156).

O novo espaço de construção de projectos pessoais e sociais situar-se-á algures entre a liberdade e o risco, a imprevisibilidade e o caos, o progresso económico sem limites e o seu próprio colapso, o relativismo em que se fragua e a dificuldade em se encontrar referências criteriosas para analisar a realidade. O homem comum, produto desta cultura “reciclável”, flexível, polivalente e consumista, é o homem irónico de R. Rorty (1996): “que nunca é capaz de assumir-se a sério, porque é sempre consciente de que os contornos em que se experiencia estão sujeitos à mudança, é sempre consciente da contingência e da fragilidade do seu vocabulário final, e, portanto, de si mesmo” (Sennet, 1998, p. 122).

Como construir trajetórias vocacionais face a esta fragmentação de histórias do self cada vez mais votado à sua própria sorte e sem os apoios da comunidade?

(b) A desconfiança como característica central das culturas da globalização

Na perspectiva do desenvolvimento psicossocial de Erikson (1980) a confiança é uma base imprescindível para que o desenvolvimento ocorra. A construção de um sentimento de confiança básica em oposição á desconfiança, que provém da qualidade dos vínculos emocionais e afectivos que construímos com os outros e com os significativos, são o ingrediente fundamental para a organização de um self seguro que permite ao sujeito explorar o mundo com confiança e relacionar-se confiadamente e comprometidamente com os outros, investindo em projectos pessoais e solidários. As experiências de desconfiança, pelo contrário, tornam os sujeitos egocentros, instrumentais e desinvestidos no sentido da cooperação comunitária.

A crise estrutural das sociedades ocidentais do neo-liberalismo economicista tem como principal fator explicativo, segundo os principais analisadores económicos e sociais, a crise de confiança ou a desconfiança dos cidadãos, suscitada, intencionalmente, pelos grandes grupos

económicos, denominadas pelas designadas “agências de rating”. Face a este cenário de desconfiança, construir trajetórias de vida torna-se uma tarefa quase impossível e arriscada, porque as relações com o mundo da formação e do trabalho assentam na desvinculação e superficialidade, na ausência de laços emocionais de lealdade, confiança e cooperação, circunscrevendo-se, na melhor das hipóteses, a um mero contrato, sem rosto humano, onde se define o que cada um tem que fazer (Sennet, 1998). Estes contratos tendem a ser definidos por vínculos cada vez mais precários, em nome da flexibilização, da inovação, da competição, dos objectivos definidos, tornando-se mesmo episódicos e temporários, mera prestação de serviços, gerando uma forte instabilidade pessoal e social. Como consequência, os vínculos com os outros, com as coisas, com os lugares, com as instituições e organizações, com os valores e com os saberes são cada vez mais precários, menos investidos, mais individualizados, menos confiantes e até mesmo descomprometidos. São as sociedades individualizadas, da desconfiança, da incerteza, do risco, do deficit do simbólico, do deserto das ideias, do belo, da bondade....

(c) A racionalização e tecnologia da vida humana

Nesta cultura onde os afectos, o sentido de solidariedade e da ética se vão esbatendo, são as dimensões mais instrumentais da racionalidade e da tecnologia que se vão afirmando nos discursos dos construtores de opinião e dos líderes políticos, como forma descomprometida de ultrapassar os deficits do sentido de cidadania e de estarem comprometidos na defesa da causa pública e dos direitos fundamentais de todos os cidadãos. Assim, pelo recurso aos discursos, ditos científicos, alicerçam as suas argumentações em racionalidades instrumentais e tecnológicas para ocultar frequentemente a sua ausência de sentido ético. Planeiam reformas burocráticas com guiões construídos aprioristicamente sem terem em conta os sujeitos e exclusivamente em função dos resultados. Os discursos das sociedades do conhecimento e da tecnologia da informação da cimeira de

Lisboa reduziram-se, quase que exclusivamente, a resultados estatísticos e burocráticos – construídos, frequentemente, de forma artificial para ocultar a realidade -, dos tecnocratas da econometria não priorizando os objetivos da promoção de uma maior qualidade de vida psicossocial dos cidadãos. A racionalidade e a tecnologia quando não estão ao serviço de uma vida pessoal e social mais solidária e justa poderão ser instrumentos de manipulação demagógica e de liquidação do projecto humano.

Relativamente ao papel da racionalidade na construção de trajectos vocacionais, deveremos continuar a afirmar que as questões relacionadas com a orientação não são prioritariamente e exclusivamente de informação e racionalização, mas é sobretudo um problema de afectos e emoções. Assim, as intervenções que circunscrevam a orientação a uma questão de informação, como se a escolha se reduzisse a uma questão de conhecimento e racionalidade, “agem como ingénuos iluministas, ou então, maquiavélicos manipuladores, esquecendo, ou fingindo esquecer que tomar decisões nos vários domínios da vida não é prioritariamente uma questão de conhecimento mas de investimentos”, mediados por relações de significado construídas nas interações com o mundo e as pessoas significativas (Campos, 1989).

(d) Agravamento das percepções de incerteza e insegurança:

Uma das marcas distintivas das sociedades contemporâneas é experimentar-se um clima de forte instabilidade e incertezas, de tensão entre o presente e o futuro, de laços persistentes de dependência e de anseios insistentes de independência. Esta incerteza e imprevisibilidade marcam, incontornavelmente, os percursos de formação e de trabalho das gerações mais novas e mesmo dos adultos ativos (Bauman, 2006; Marris, 1996). Os percursos formativos e profissionais alicerçados nas metáforas como o “voo de borboleta” (Azevedo, 1999) ou o “iô-iô” (Pais, 2003) dominam nos nossos dias, uma vez que todas as antigas certezas ligadas à

formação, educação e ao trabalho estão em questionamento (Gonçalves & Coimbra, 2000).

No seio de uma sociedade como a actual, faz sentido pensar nas questões levantadas por Sennett (1998) quando se pergunta, “Como é que podem prosseguir-se valores de longo prazo numa sociedade de curto-prazo? Como é que podem ser sustentadas relações sociais duradouras em contextos de efemeridade? Como é que um ser humano consegue desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida numa sociedade composta de episódios fragmentados?” (p.41). A modernidade altera radicalmente a natureza da vida social quotidiana e afecta os aspectos mais pessoais da nossa existência, na medida em que esta assenta no risco, na insegurança, na flexibilidade, no efémero... (Giddens, 1997).

Ulrich Beck (1992) refere que “na modernidade avançada a produção social de riqueza é sistematicamente acompanhada pela produção social de riscos”. Por consequência, estes riscos, que embebem a nossa sociedade, originam diversas sequelas àqueles que nela vivem, quer a nível psicológico, quer a nível emocional. Perante o risco, as pessoas concentram-se emocionalmente na perda. A Matemática do risco não dá garantias, e a psicologia da assunção de riscos centra-se muito razoavelmente no que se pode perder (Sennett, 1998). Ao mesmo tempo cresce o clima de incerteza e insegurança, que gera medos, pelas práticas de desvinculação e pelos vínculos frágeis e sem consequências, pela afirmação do multiculturalismo, pela perda de importantes referências culturais, pela perda da centralidade de importantes narrativas sociopolíticas, pelo crescimento da individuação e do consumo (Azevedo & Fonseca, 2006).

Face a esta insegurança e (in)certeza do mundo de trabalho, à certeza do desemprego estrutural e à precariedade do trabalho os jovens e adultos sentem-se, cada vez mais, amedrontados para arriscar e configurar

trajectórias de vida, adiando assumir projectos, como a entrada no mundo de trabalho ou assumpção de compromissos familiares (conjugalidade e parentalidade), adiando o seu processo de autonomização em relação à família de origem, desinvestindo na formação superior e perspetivando as suas vidas como emigrantes com características diferentes dos anos 50 e 60: emigração de quadros qualificados. Cerca de 70% dos estudantes do ES em Portugal não deslumbra outra oportunidade quando concluírem os seus cursos a não ser a residual: emigrar à procura de uma oportunidade de trabalho que lhes é negada no país de origem.

(e) O deficit de sentido de comunidade

A individualização hegemónica da cultura das sociedades ocidentais contemporâneas levou à ruptura do sentido de comunidade de pertença. O individualismo atroz gerou fracturas óbvias com o sentimento de rede em virtude da desconfiança base nas relações (Coimbra & Menezes, 2009).

O sentido de comunidade consiste na percepção de semelhança com outros, uma interdependência consciente com outros, uma vontade de manter essa interdependência dando ou fazendo o que se espera deles, o sentimento de que se é parte de uma estrutura maior e estável à qual se pertence com um forte sentido de afiliação. Ou seja, é o sentido de pertença que os membros partilham entre si, e de que as suas necessidades serão satisfeitas através do compromisso de continuarem juntos. Por isso, a literatura identifica quatro dimensões psicológicas do sentido de comunidade como, a Filiação, a Influência, a Integração e Satisfação de Necessidades e os Compromissos e Laços emocionais partilhados (Montero, 2004). O sentido de comunidade constitui-se como um tipo ideal de relação, tendo por base três alicerces: um elevado grau de interdependência e cooperação entre todos os seus membros; uma sólida homogeneidade e uniformidade nos valores e normas, que a comunidade representa; finalmente, a comunidade revela a presença de um forte sentido de pertença e colectividade. O sentido de comunidade constitui assim, um

processo promotor da participação política, traduzida pela intenção de modificar as relações de poder. (Colombo, Mosso & Picolli, 2001).

Face à fractura destes vínculos comunitários pelo individualismo crescente, os sujeitos ficam reduzidos a si próprios e ninguém se sente co-responsável com a qualidade de vida dos outros. É neste caos de individualidades insolidárias (individualismo), numa ausência de sentido de cidadania e participação comunitária, que os grupos dominadores, que detêm o poder, se vão afirmando egocentricamente, aproveitando desagregação do cidadão comum (Maritza, 2004).

(f) A rutura com a tradição

Esta sociedade da vivência intensa e apaixonada do presente não se referencia com o legado histórico das suas origens, branqueando a memória histórica de cultura, o património imaterial dos valores e tradições que são os alicerces fundantes da experiência fruidora do presente. Vive-se o designado “carpe die” sem se referenciais de compromissos com o passado num processo de “getting out “ quase alienante e despersonalizante....

(g) a progressiva assimilação do incalculável pelo calculável e o resultante empobrecimento simbólico

No seguimento do analisador anterior, rutura com o património cultural imaterial, como o legado mais precioso dos nossos antepassados, emerge outro que é o empobrecimento simbólico e cultural das sociedades ocidentais pela discrepância e desequilíbrio entre o incalculável e o calculável, entre o imaterial e o material. As sociedades da eficácia e da tecnocracia organizam-se em torno do que é quantificável. A monetocracia (os euros) hiper-consumista absolutiza e diviniza o que é útil/calculável e demoniza tudo o que incalculável, porque inútil. A dominância imparável da atividade útil, a produção industrial sem limites (o ativismo esquizofrenizante) parece evoluir para o culto dos novos deuses: a

divinização do império prático, do concreto e do calculável. Esta imposição da eficácia, incide sobre os indivíduos, instituições públicas e privadas, sem escaparem as universidades. A proliferação de avaliações de desempenho, auditorias, creditações e certificações são expressão do poder do calculável, daí o deficit e empobrecimento do simbólico, a miséria do simbólico: bem-vindos ao deserto do real (Arendt, 2005; Beck, 1992; Stiegler; 2004; Zizek, 2002).

Neste império da utilidade e da eficácia que marca este início do século XXI onde se fazem espetáculos falhados dos números, sondagens, barómetros, rankings, e recomendações econométricas, não parece existir espaço para o incalculável, o simbólico, o imaterial, porque considerado inútil!

4. Que implicações para a Orientação?

Após este posicionado crítico, onde se esboçaram alguns modestos contributos para potenciar a reflexão sobre a uma nova forma alternativa de reconcetualização da orientação vocacional para o século XXI, propomos apresentar, ainda que brevemente, as suas implicações para as práticas de orientação, perante estas coordenadas contextuais e históricas.

A hegemonia da ideologia neo-liberal das sociedades ocidentais delega, cada vez mais, para os cidadãos toda a responsabilidade da viabilização das suas trajectórias de vida, pessoais, profissionais, familiar, cidadão. Isto é, os estados, numa de total desresponsabilização em garantir direitos sociais, como o direito ao trabalho, ao emprego, consideram esses assuntos do domínio da esfera do individual. Assim, a perspectiva individualista substitui a colectivista em que cada comunidade assumia a responsabilidade pelos seus cidadãos. Neste novo cenário, o conceito de empregabilidade, que substituiu o direito ao trabalho, remete para a responsabilização pessoal, devendo cada um garantir a sua empregabilidade, numa tentativa de responsabilização e culpabilização da vítima (Melo, 2010). Assim, na actualidade, cada cidadão, ao longo da sua

vida, deverá garantir condições pessoais para viabilizar-se e assegurar a sua empregabilidade num contexto de profundas mutações em que o emprego deixou de o ser para a toda a vida e que a incerteza face ao mesmo é a única certeza previsível; ou seja, um itinerário de vida profissional marcada por descontinuidades, em que os ciclos de actividade remunerada, de emprego precário, de trabalho de voluntariado não remunerado, actividades de lazer pela ausência de emprego se sucederão e em que cada pessoa terá de se capacitar para assumir várias ocupações ao longo da sua trajectória de vida (Sennet, 1998). Face a esta conjuntura histórica novos reptos se colocam à intervenção em orientação vocacional que apenas se enunciam:

(a) A orientação não se pode confinar a determinados momentos normativos do desenvolvimento, como, por exemplo, quando o sistema formal de Educação/Formação impõe momentos de tomada de decisão. A orientação/ou reorientação terá que se realizar ao longo da vida com objectivos claros de proporcionar aos sujeitos: adolescentes, jovens, adultos e seniores, experiências empoderantes, para estarem preparados a realizarem formação ao longo da vida, com períodos alternativos de trabalho, não trabalho, lazer, regresso à formação e ao trabalho comunitário.

(b) A orientação deixa de estar circunscrita à tarefa de uma escolha de formação para o trabalho, mas deve priorizar o desenvolvimento pessoal e social do sujeito, na articulação dos vários papéis que dirá desempenhar ao longo da vida, transformando-o num cidadão autónomo e participativo na gestão e controlo da sua própria vida. Ou seja, o objectivo principal da intervenção a almejar deverá ser o empoderamento pessoal (Menezes, 2010; Zimmermann, 1995; Zimmermann, 2000). A assumpção de uma abordagem de empoderamento garante aos participantes uma apropriação autónoma dos processos de desenvolvimento pessoal e social/comunitário, através de uma participação activa nas decisões.

(c) a orientação não se deverá focalizar exclusivamente no empoderamento do sistema pessoal, mas, em simultâneo, nos sistemas familiares, organizacionais e comunitários capacitando-os para que deixem de ser sistemas poderosos e desresponsabilizantes da qualidade de vida dos sujeitos, mas sejam contextos empoderantes das comunidades que servem, proporcionando recursos a todos os indivíduos que nele participam e experiências de participação activa e de cidadania. A este propósito, foi realizado, recentemente, um estudo em Portugal que constatava que os portugueses têm um acentuado deficit do que se designa de capital social, sustentado nestes indicadores: a incapacidade de pensar colectivamente o futuro; a desconfiança base nos outros e nas instituições; a reduzida participação nas organizações sociais; e a constatação geral de um sentimento de não se sentirem parte de uma comunidade (Melo, 2010).

(d) Assim, os contextos de intervenção em orientação não se poderão circunscrever aos contextos tipificados com os mais formais (escolas, gabinetes, centros de emprego, escolas profissionais...) mas devem alargar-se aos espaços comunitários mais informais. Por isso, urge que os profissionais de orientação, em equipas multidisciplinares, vão ao encontro das pessoas, onde elas residem, trabalham, se divertem e intervêm criticamente, procurando acolhê-las e orientá-las em espaços de convivialidade informal. A intervenção deverá realizar-se na, com e para o sujeito/comunidade, em que o profissional/profissionais deverá ser apenas um facilitador e colaborador, respeitando a cultura e as visões de mundo da comunidade e percebendo os constrangimentos das suas vidas. O sucesso de uma intervenção comunitária empoderante depende da capacidade de estabelecer relações de confiança com os outros —profissionais e cidadãos—, porque a intervenção não ocorre contra os outros, ou apesar dos outros, ou em vez dos outros, mas só faz sentido com os outros. É esta marca que confere legitimidade e eficácia à intervenção para o empoderamento (Menezes, 2010). É na medida em que estamos activamente com os outros, que nos vamos tornando mais disponíveis a

ouvir e perceber como vivem, se co-constroem transformações que desejam implementar nas suas vidas e contextos e acedemos ao direito de participar no processo garantindo o empoderamento numa relação cooperante e participante.

(e) As estratégias mais adequadas para a intervenção serão as centradas nas necessidades processuais dos sujeitos, não fazendo sentido uma orientação centrada em guiões e catálogos impostos pela tutela ou programas pré-formatados pelos académicos da área. Assim, as estratégias mais adequadas são as que emergem na relação colaborativa, como as biografias, narrativas pessoais e comunitárias... que se vão contando, integrando e reconstruindo e, é no processo de as narrar, – num relação confiante e securizante – que se constroem as condições para lhes atribuírem significados novos e os empurrarem para a acção.

Em jeito de conclusão diríamos que, assumir um ponto de vista ou outro sobre as tarefas urgentes e complexas, no que concerne à orientação, nos contornos desta encruzilha histórica e social, implica, incontornavelmente, uma opção ética (Campos, 1989), numa cultura em que a ética está silenciada, de tal forma que há quem afirme que a crise económica e social da actualidade é prioritariamente uma crise de ética (Lipovsoky, 1991). Esta opção ética de comprometimento com a causa pública, contribuindo para o empoderamento das pessoas, instituições e comunidades, apesar de ser uma missão com dimensões quase incomensuráveis, pelos interesses poderosos que estão em jogo, tornar-se-á, progressivamente, mais viável se existir uma forte consciência de cidadania por parte dos grupos de profissionais que se envolvem na intervenção empoderante de sujeitos que estão envolvidos na viabilização e construção de trajectórias de vida.

Por fim, pensamos que a Psicologia em geral e a Psicologia Vocacional em particular confronta-se com uma opção ética que

arriscaríamos sintetizar nesta situação dilemática: ou se acomoda a um sistema social dominante colaborando na legitimação dos poderosos do mundo que nos tem seduzido estrategicamente a troco de alguma falsa partilha de poder; ou assume uma confrontação crítica de denúncia frente a um sistema que não promove uma efetiva igualdade de oportunidades e vai acentuando, subrepticamente, as diferenças nas suas práticas implícitas em forte contradição com os discursos explícitos da democracia, dos direitos fundamentais da pessoa humana, na igualdade de oportunidades...

Em termos gerais, trata-se de fazer uma opção pelos novos pobres e excluídos das sociedades excludentes que fazem o discurso da inclusão mas, implicitamente aumenta exponencialmente o número dos excluídos. Ao assumir-se esta opção crítica, não se abdica da construção do saber e fazer da Psicologia, mas de colocar o saber e fazer psicológico ao serviço da construção de uma sociedade “em que o bem estar do grupo minoritário dos poderosos do mundo (os grandes grupos económicos) não se faça sobre o mal estar das maiorias desempoderadas e mais vulneráveis; em que a realização de alguns não requeira a negação dos outros; em que o interesse de poucos não exija a desumanização de todos (Martin-Baró, 1996, pag. 23).

Referências bibliográficas

- Arendt, H. (2001). *A condição Humana*. Lisboa: Relógio D'Água.
- Arendt, A. (2005). *The promise of politics*. New York: Schokem Books.
- Azevedo, J. (1999). *Voos de borboleta. Escola, trabalho e profissão*. Porto: Edições Asa.
- Azevedo, J., & Fonseca, A. (2006). *Imprevisíveis itinerários de transição escola-trabalho: A expressão de uma outra sociedade*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.
- Bauman, Z (2000). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores.

- Bauman, Z (2001). *La sociedad individualizada*. Madrid: Ediciones Cátedral.
- Bauman, Z. (2001). *Community. Seeking se safety in an insecure world*. Cambridge: Polity Press.
- Bauman, Z (2005). *Trabajo, consumismo y nuevos pobre*. Barcelona: Ed. Gedisa.
- Bauman, Z. (2006). *Liquid times: living in an age of uncertainty*. Cambridge: Polity Press.
- Beck, U. (1992). *Risk society: Towards a new modernity*. London: Sage Publications.
- Campos, B. P. (1989). *A orientação vocacional numa perspectiva de intervenção no desenvolvimento psicológico*. In *Questões de política educativa*. Porto: Edições Asa.
- Campos, B. P. (1992). Informação na orientação profissional. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 8, 5 16.
- Coimbra, J.L., & Menezes, I. (2009). Society individuals or community strength: Community psychology at risk in at-risk societies. *The Journal of critical psychology, counselling and psychotherapy*, 9(2), 87-97.
- Colombo, M.; Mosso, C. e Piccoli, N. (2001). Sense of Community and participation in urban contexts. *Journal of Community & Applied Social Psychology*, 11, 457-464.
- Erikson, E. H. (1980). *Identity and the life cycle*. New York: Norton.
- Giddens, A. (1997). *Modernidade e identidade pessoal*. Lisboa: Celta Editora.
- Gonçalves, C. M. (1997). A influência da família no desenvolvimento vocacional de adolescentes e jovens. Dissertação de Mestrado, apresentada na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Gonçalves, C. M. (2008). *Pais aflitos, filhos com futuro incerto? Um estudo sobre a influência das famílias na orientação dos filhos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.

- Gonçalves, C. M., & Coimbra, J. L. (2000). Como construir trajectórias de vida em tempos de caos e imprevisibilidade. In A. R. Sánchez & M. Valcarce Fernández (Eds.), *O reto da converxencia dos sistemas formativos e a mellora da calidade da formación*. Actas do I Encontro Internacional de Galicia e Norte de Portugal de Formación para o Trabalho.
- Lipovetsky, G. (1991). *Le crepuscule du devoir*. Paris. Editions Gallimard.
- Marris, P. (1996). *The politics of uncertainty: attachment in private and public life*. New Yor: Routledge.
- Martin-Baró, I (1996). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2, 7-27.
- Meneses, I. (2010). *Intervenção Comunitária: uma perspetiva psicológica* (2.^a edição). Porto: Livipsic.
- Melo, A (2010). Educação e formação de adultos: caminhos passados e horizontes possíveis. Conferência proferida no XII Congresso Internacional de Galicia e Norte de Portugal de Formación para o Trabalho. Guimarães, 08-09 de Julho de 2010.
- Montero, M. (2004). *Introducción a la Psicología Comunitaria: Desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.
- Pais, J. (2003). *Ganchos, tachos e biscates: Jovens, trabalho e futuro* (2.^a edição). Porto: Ambar.
- Rushdie, S. (1991). *Imaginary homelands*. Londres: Granta Books.
- Rorty, R. (1996). *Contingencia, ironía y solidaridad*. Barcelona: Paidós.
- Sennet, R. (1998). *La corrosión del carácter. Las consecuencias personales del trabajo en el nuevo capitalismo*. Barcelona: Editorial Anagrama.
- Stiegler, B. (2004). *De la misère symbolique: la catastrophe du sensible*. Paris: Editions Gallilé.
- Zimmerman, M. A. (1995). Psychological empowerment: Issues and illustrations. *Am J of Community Psychology*, 23(5), 581-599.

Zimmerman, M. A. (2000). Empowerment theory: Psychological, organizational, and community levels of analysis. In J. Rappaport & E. Seidman (Eds.), *Handbook of community psychology* (pp. 43-64). NY: Kluwer.

Zizeck, S. (2002). *Welcome to the desert of real*. NY: Verso Books (ed.).